

Servidores federais já podem aderir a PDV

Prazo termina em 31 de dezembro. Quem optar pelo desligamento vai receber 1,25 salário por ano trabalhado

Gabriela Valente e Martha Beck

-Brasília- Em busca de reduzir despesas para conseguir reequilibrar as contas públicas, o governo federal deu início ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) de servidores. Ontem, além de divulgar as regras para o desligamento, detalhou a possibilidade de os funcionários públicos reduzirem a jornada e também pedirem licença não remunerada. A estimativa da equipe econômica é poupar R\$ 1 bilhão por ano.

Até o dia 31 de dezembro deste ano, quem optar por abandonar o serviço público pode aderir ao programa. A estimativa é que cinco mil pessoas tomem a decisão. Para incentivar a adesão, o funcionário público receberá 1,25 salário por ano trabalhado, além das demais indenizações legais. O pagamento será feito mensalmente, de acordo com o tempo de serviço. Por exemplo, quem trabalhou oito anos, vai receber dez salários (1,25 x 8), divididos em dez meses.

Os cálculos levam em consideração as gratificações dadas aos servidores. Estão excluídos, entretanto, alguns benefícios, como auxílio-alimentação, auxílio-

transporte e adicional noturno.

Para algumas carreiras, o governo limitou a quantidade de pessoas que podem entrar no PDV. São áreas consideradas estratégicas, e o Ministério do Planejamento teve a preocupação de não desfalcas os quadros. Entre elas, estão policiais federais, auditores fiscais e até fiscais do trabalho. Nesses casos, apenas 5% dos servidores podem entrar no programa. O mesmo se dá com advogados da União, procuradores, policiais rodoviários federais e oficiais e técnicos de inteligência.

O benefício, entretanto, não será para todos. Para perito médico previdenciário e supervisor médico pericial do INSS, por exemplo, não há a possibilidade de adesão ao PDV

Ao detalhar o programa de demissão voluntária do governo federal, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que incentivar a saída de funcionários públicos é a única

forma de reduzir o gasto com pessoal. Ele frisou que, apesar de essa despesa estar controlada em relação ao tamanho da economia nos últimos anos, cortar esse gasto é fundamental para o ajuste fiscal. No entanto, Dyogo fez questão de deixar claro que a crise das contas públicas não é culpa do servidor.

De tudo o que o Brasil gasta, 12,6% vão para o pagamento dos

salários dos funcionários públicos. Esse é um custo maior que o de países desenvolvidos. — Mas não estamos responsabilizando o servidor pela crise fiscal. Não se pode culpar o servidor pela crise fiscal — frisou o ministro.

O Planejamento também divulgou as regras para a redução da jornada de trabalho com queda proporcional do salário. Os servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderão requerer a redução da jornada de trabalho de oito horas diárias e 40 semanais para seis ou quatro horas diárias e 30 ou 20 semanais. Para incentivar a adesão, o salário, que ficaria menor em proporção da carga horária, terá um ganho. O servidor receberá meia hora a mais que o contratado. Não há data limite para fazer o requerimento.

Também nesse caso, peritos do INSS e policiais federais foram excluídos do benefício.

AFASTAMENTO POR TRÊS ANOS

Servidores com filhos de até 6 anos de idade terão preferência. Em seguida, estão responsáveis pela assistência de pessoa idosa, doente ou com deficiência elencada como dependente. Como terceiro critério de desempate, será escolhido o servidor com a maior remuneração.





Outra possibilidade criada pelo governo é a licença incentivada sem remuneração. O servidor poderá pedir o afastamento por três anos do emprego. Há ainda a possibilidade de prorrogar essa licença por outros três anos. O requerimento tem de ser feito até o dia 31 de dezembro do ano que vem. Para incentivar, o governo dará três salários no dia em que a licença for concedida.

ORÇAMENTO DE R\$ 8 BI A R\$ 10 BI SERÃO LIBERADOS

-Brasília- O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, confirmou ontem que o governo vai reverter uma parte do contingenciamento do Orçamento de 2017. Segundo ele, a ideia é liberar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões para gastos dos órgãos públicos, que já estão perto de um shutdown (paralisação completa) por falta de recursos.

Para poder afrouxar o cinto, o

governo precisava do aval do Congresso quanto à mudança da meta fiscal do ano. Isso ocorreu no início deste mês. O Legislativo aprovou uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para que o resultado primário de 2017 passasse de um déficit de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. A alteração foi assinada ontem pelo presidente Michel Temer.

— Nossa expectativa é que haja um descontingenciamento parcial dos R\$ 45 bilhões no Orçamento. Quando tratamos disso (revisão da meta fiscal), deixamos claro que haveria necessidade de liberar recursos para manter o funcionamento regular dos órgãos públicos. O número deve ficar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões — disse Oliveira.

A reversão do contingenciamento deve ser anunciada até o fim da semana que vem. (Martha Becke Gabriela Valente)

Governo abre PDV para servidores do Executivo

Expectativa é que 5 mil funcionários façam adesão, até 31 de dezembro; programa deve garantir economia de R\$ 1 bilhão para a União em 2018

Lorena Rodrigues / Brasília

O governo federal abriu ontem a adesão ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) para os servidores públicos do Executivo, que seguirá até 31 de dezembro. A previsão do governo é que cerca de 5 mil funcionários peçam o benefício - eles receberão como incentivo 1,25 salário por ano trabalhado.

Desde ontem, servidores também podem pedir licença incentivada sem remuneração, o que poderá ser feito até o fim de 2018, e a redução da jornada de trabalho de 8 horas diárias para 4 ou 6 horas, benefício que não terá prazo para ser solicitado.

A expectativa do governo é economizar R\$ 1 bilhão em 2018 com as medidas. Haverá restrições para algumas carreiras. Médicos peritos do INSS não poderão pedir nenhum dos benefícios. A adesão ao PDV é limitada a 5% do total de cargos para carreiras como advogados da União, policiais federais, auditores da Receita Federal e procuradores do Banco Central.

O ministro do Planejamento,

Dyogo Oliveira, disse que o governo fará campanha para aumentar a adesão ao PDV. "Os níveis de adesão no Brasil a esses programas são inferiores aos de outros países", afirmou.

Segundo Oliveira, não haverá quebra dos direitos adquiridos dos servidores e lembrou que o governo não fará demissões, como no governo do ex-presidente Fernando Collor, quando funcionários públicos foram demitidos e conseguiram na Justiça o direito de serem reintegrados. "A experiência do governo Collor não foi exitosa, as demissões foram unilaterais e acabaram resultando em prejuízo."

Até o fim do mês, o governo deverá enviar ao Congresso outras medidas para redução de gastos com servidores, como o adiamento do reajuste, mudança na contribuição de Previdência e reestruturação das carreiras do Executivo. O ministro afirmou que isso ainda não foi feito porque os textos serão mandados com a mensagem modificativa do projeto de Lei Orçamentária de 2018.

Como o governo só conseguiu aprovar a mudança da meta de 2018 depois de enviar o Projeto de Lei Orçamentária Anual, o que tinha que ser feito até 31 de agosto, será necessária a mensagem para alterar o projeto. O presidente Michel Temer sancionou ontem o

projeto que alterou a meta, o que faltava para o envio da mensagem modificativa.

Também será enviado até o fim do mês o projeto que reestrutura carreiras do Executivo, com limitação do salário inicial a R\$ 5 mil. Oliveira explicou que a restrição não se aplicará a professores universitários, que entram ganhando R\$ 5.130. "Nenhuma carreira entrará ganhando mais do que professor universitário, não é apropriado."

Ele ressaltou que 39% dos servidores se aposentarão nos próximos 10 anos e que o governo não teria condições de repor essas perdas com os atuais salários. Com a redução, disse, será possível retomar a realização de concursos.

Incentivos. Quem aderir ao PDV receberá como incentivo o valor de 1,25 salário mensal por ano trabalhado, pago em parcelas que não ultrapassem a remuneração atual. Para a redução da jornada, o servidor receberá o pagamento adicional de meia hora diária, além de poder acumular outra atividade profissional com o serviço público. A licença sem remuneração será incentivada com o pagamento de três salários. O afastamento será de três anos, prorrogáveis por mais três a pedido do funcionário. / COLABOROU LUCI RIBEIRO

FUNCIONALISMO »

PDV deve ter adesão de 6 mil servidores



Dyogo Oliveira: medidas provisórias já estão prontas, aguardando mensagem modificativa do Orçamento

Governo estima que 1% dos 640 mil funcionários federais vão deixar o serviço público. Até o fim do mês, serão editadas MPs com normas sobre redução do salário inicial e reestruturação das carreiras para que a União consiga atingir a meta de economia de R\$ 1 bilhão em 2018

VERABATISTA

A expectativa do governo é de que entre 5 mil e 6 mil servidores participem do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) e que 1.184 peçam redução de jornada ou licença incentivada. De acordo com o ministro do

Planejamento, Dyogo Oliveira, “a adesão não precisa ser muito grande”. “Se for de 1% dos cerca de 640 mil servidores ativos, já são 6 mil pessoas”. É difícil, disse, avaliar o tamanho da demanda porque essa é uma iniciativa sem parâmetro histórico. Experiência semelhante foi feita apenas na gestão do ex-presidente FHC, com participação de 5 mil funcionários. Até o fim do mês, outras medidas provisórias (MPs) serão editadas, para que, em conjunto com essas já regulamentadas por portaria, a União consiga atingir a meta de cortar R\$ 1,1 bilhão nas despesas do Poder Executivo em 2018.

As próximas MPs vão incluir normas sobre a redução do salário inicial no serviço público — R\$ 2,8 mil para nível médio e R\$ 5,1 mil para nível superior — e sobre a reestruturação das carreiras em pelo menos 30 níveis, para alongar o tempo de progressão entre a maior e a menor remuneração, que atualmente está em torno de 15 anos. “As MPs já estão prontas, só dependem da mensagem modificativa do Orçamento do ano que vem”, afirmou. Isso porque, como 39% da atual força de trabalho deve se aposentar até 2027, segundo Oliveira, a modernização no serviço público é fundamental para baixar o peso da folha de pagamento.

A mudança salarial só não se aplica aos professores universitários, já com ganhos iniciais próximos à R\$ 5 mil. “Trabalhadores com renda de R\$ 5 mil estão entre os 10% mais ricos da população e os que ganham R\$ 27,4 mil, entre os 1% mais ricos”, apontou o ministro. Ele voltou a reforçar que não há como alcançar o equilíbrio das contas públicas sem a reforma da Previdência, responsável por 57% da despesa total. Por sua vez, o gasto com pessoal é a segunda maior despesa obrigatória, com peso de 12,6% do gasto.

Oliveira frisou ainda que a intenção não é responsabilizar os servidores pelo ajuste fiscal, mas





alinhar a gestão às práticas do setor privado. Como exemplo, citou a redução da jornada de trabalho com remuneração proporcional. Atualmente, apenas 0,5% dos servidores reduziram a jornada, contra 6,1% do setor privado. Somente com a reestruturação das carreiras, o ministro estimou economia acumulada de R\$ 70 bilhões nos próximos 10 anos, “sem prejudicar o funcionamento do serviço público e sem retirar direitos”.

Os servidores, no entanto, garantem que os efeitos do PDV, da redução de jornada e da licença incentivada, juntos, devem ser ainda menores do que espera o governo. “No momento em que a população brasileira cobra melhor funcionamento das instituições, em vez de fortalecer o serviço público, o governo o enfraquece, incentivando as pessoas a abandonar as carreiras e fazer o serviço público de bico, com a possibilidade de redução de jornada”, criticou Carlos Eduardo Sobral, presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF). Apesar de poder aderir ao PDV, os servidores da PF não podem pedir redução de jornada.

Sobral lembrou que até as instituições de fiscalização e controle,

que sofrem com severa escassez de recursos humanos, pode ficar em situação dramática. “Com certeza, esse decreto não atende ao interesse público e prejudica as ações de fiscalização e controle dos atos da gestão pública”, disse. A PF ficou de fora da redução de jornada. Afinal, isso não faz o menor sentido para uma instituição que sofre com a carência de servidores e que luta por concurso público para continuar combatendo o crime organizado e a corrupção”, assinalou Sobral.

Rudinei Marques, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical), disse que “vai pagar para ver” o futuro do PDV. “A previsão é de baixa adesão. Porém, os que deverão sair são exatamente aqueles que o governo deveria tentar manter, como servidores do Banco Central ou do Tesouro, altamente qualificados e com fácil inserção no mercado financeiro. Os que têm baixa qualificação sabem das dificuldades e não vão se arriscar”, destacou.

“Com certeza, esse decreto não atende ao interesse público e prejudica as ações de fiscalização e controle dos atos da gestão pública”

Carlos Eduardo Sobral,
presidente da ADPF





Estímulo à saída

Portaria publicada ontem dá vantagens ao servidor federal que se desligar do serviço público

PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO

Expectativa

Governo espera que pelo menos 1% dos 640 mil servidores ativos entrem no programa, ou seja, cerca de 6 mil trabalhadores

Prazo

A adesão poderá ser feita até 31 de dezembro de 2017. Prorrogação depende de nova portaria

Normas

- O servidor receberá 125% da remuneração atual, multiplicada pela quantidade de anos trabalhados.
- O pagamento será dividido em parcelas mensais, como se fosse um salário. Por exemplo, se o servidor trabalhou por 10 anos, o valor será dividido por 10.
- No cálculo do valor a ser pago não entram adicionais, como insalubridade, salário-família, gratificações de chefia, entre outros
- As regras são válidas até 31 de dezembro de 2017. Prorrogação depende de nova portaria

Fonte: Ministério do Planejamento

Limitações

Somente 5% dos ocupantes dos cargos existentes poderão aderir nas seguintes categorias:

- Servidores da Advocacia-Geral da União (AGU)
- Procuradores da Fazenda (PGFN)
- Procuradores do Banco Central
- Auditores fiscais da Receita Federal, da Previdência e do Trabalho
- Auditores fiscais agropecuários
- Agentes penitenciários federais
- Todas as carreiras do INSS

Vetados

Servidores que não podem aderir ao programa

- Médicos peritos
- Supervisores médicos peritos

